

O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*

Thompson Almeida Andrade**
Rodrigo Valente Serra***

Introdução

O objetivo deste texto é analisar a dinâmica de crescimento populacional das cidades médias brasileiras nas últimas décadas. Sua justificativa respalda-se no interesse em verificar de que forma tais centros urbanos têm contribuído para o processo de expansão da população do País. Entretanto, a análise também é motivada pelo desejo de montar um pano de fundo para outros estudos que serão feitos no âmbito do projeto do Nemesis¹, que intenta estudar o desempenho que os centros de porte médio do sistema urbano brasileiro têm apresentado nos contextos econômico e social do desenvolvimento do País.

Este texto tem a seguinte organização: no item A Importância das Cidades Médias no Crescimento Urbano Brasileiro, no período de 1950/1991, faz-se uma apresentação da expansão do sistema urbano brasileiro, tanto em termos do aumento no número das cidades, quanto no número de habitantes, por classes de tamanho urbano. Nesta seção, adota-se uma definição mais ampla para cidades médias, que corresponde aos centros urbanos com população entre 50 e 500 mil

habitantes. Certamente o referido estrato, por sua amplitude, reúne centros urbanos com distintos níveis de complexidade em suas estruturas produtivas, requerendo assim que substratos fossem construídos em respeito a esta diversidade.

Na Análise da Dinâmica de Crescimento Populacional das Cidades Médias de 1970, o foco da análise está centrado em um conjunto de cidades médias (centros urbanos com população entre 50 000 e 250 000 hab.) estudadas na década de 70, revisitando-as para uma análise da sua dinâmica populacional desde então, com o objetivo de investigar inicialmente qual teria sido o seu papel nas mudanças observadas no processo de desconcentração da população brasileira Andrade e Lodder (1979). O intuito da investigação feita na seção 4 é examinar a relação entre a dinâmica populacional das cidades médias estudadas na década de 70, e o processo de reversão da polarização industrial que vem sendo mencionado em diversos estudos sobre desconcentração industrial no Brasil. A seção 5 sintetiza as conclusões a que se chegou nas seções anteriores e são feitos alguns comentários adicionais.

* Os autores agradecem a leitura atenta e os enriquecedores comentários e sugestões do anônimo parecerista.

** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisador-visitante na Diretoria de Pesquisas do IPEA.

***Mestre em Economia pelo IPPUR/UFRJ, Doutorando em Desenvolvimento Econômico / UNICAMP e pesquisador vinculado ao Nemesis/PRONEX.

¹Nemesis é o Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos, financiado pelo Pronex - Programa de Núcleos de Excelência, do Ministério de Ciência e Tecnologia.

A importância das cidades médias no crescimento urbano brasileiro no período 1950/1991

O Censo Demográfico 1991 registrou a continuidade da queda da fecundidade da população brasileira, que, associada a uma relativamente estável taxa de mortalidade, resultou numa generalizada desaceleração no ritmo de crescimento populacional. Adicionalmente, os dados deste último censo explicitam o caráter eminentemente urbano de nossa população e alterações significativas no sistema de cidades nacional.

Em 1991, o sistema de cidades nacional, formado por 4 491 centros urbanos, tem como uma de suas marcas a distribuição populacional, ainda, muito concentrada nas grandes cidades. Nota-se, com auxílio da Tabela 1, que as 24 maiores cidades do País concentram 33,6% de toda a população urbana nacional. Na extre-

midade oposta, os municípios pequenos, com população urbana inferior a 50 mil habitantes, embora totalizem 93% dos centros urbanos do País, têm uma participação de apenas 31,7% no universo da população urbana. Entre esses extremos, nas 293 cidades médias, cuja população urbana está entre 50 e 500 mil habitantes, vive pouco mais de 1/3 da população urbana brasileira.

Para as cidades de menor porte, percebe-se uma grande redução na importância populacional, não obstante a considerável multiplicação na quantidade de pequenas cidades no período. Em 1950, os 1 745 centros urbanos com menos de 20 mil habitantes detinham mais de 1/3 da população urbana nacional; já em 1991, embora acrescido em quase duas mil cidades, esse conjunto não chega a agrupar 20% desta população. Esse esvaziamento das pequenas cidades relaciona-se, fundamentalmente, com as alterações no

Tabela 1 - População urbana e número de cidades no Brasil, segundo classes de tamanho dos centros urbanos - 1950/1991

Classes de tamanho dos centros urbanos (1 000 hab.) (1)	1950			1970			1991			Taxas anuais de crescimento populacional (2)	
	População urbana (1 000 hab.)	Número de centros urbanos	Percentual na população urbana total	População urbana (1 000 hab.)	Número de centros urbanos	Percentual na população urbana total	População urbana (1 000 hab.)	Número de centros urbanos	Percentual na população urbana total	1950/1970	1970/1991
Brasil	16 277	1 826	100,00	52 906	3 850	100,00	110 991	4 491	100,00	6,10	3,60
< 20	5 747	1 745	35,30	13 849	3 574	26,20	21 471	3 736	19,30	4,50	2,10
Entre 20 e 50	1 623	55	10,00	5 632	177	10,60	13 807	438	12,40	6,40	4,40
Entre 50 e 100	1 215	16	7,50	3 430	49	6,50	11 357	160	10,20	5,30	5,90
Entre 100 e 250	787	4	4,80	4 832	34	9,10	15 896	100	14,30	9,50	5,80
Entre 250 e 500	1 237	3	7,60	1 865	6	3,50	11 218	33	10,10	2,10	8,90
Entre 500 e 2 000	630	1	3,90	8 363	8	15,80	18 262	20	16,50	13,80	3,80
> 2 000	5 038	2	31,00	14 935	2	28,20	18 980	4	17,10	5,60	1,10

Fonte: Censo demográfico 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956; IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980 e 1991

(1) Os Centros Urbanos são formados pelo total da população urbana de um município, independente do número de subseções urbanas existentes no município.

(2) Diante da desaceleração do ritmo de crescimento populacional, cabe ressaltar que as altíssimas taxas anuais de crescimento das cidades médias, longe de expressar o crescimento vegetativo destes centros urbanos refletem muito mais, não só o fluxo migratório para estas cidades, como também o acréscimo na quantidade de cidades nestas classes intermediárias.

mix do setor agrícola, mais especificamente, com a paulatina substituição das atividades de *subsistência* pelas atividades produtoras de *exportáveis* (Evolução da rede urbana no Brasil: período 1970/80, 1985).

No extremo oposto, para os centros urbanos com mais de 500 mil habitantes, notam-se diferenças marcantes entre os dois períodos considerados - 1950/1970 e 1970/1991². No período de 1950/1970 as cidades com mais de 500 mil habitantes foram as grandes alavancadoras do crescimento urbano nacional, passando a deter 44% desta população em 1970, contra 35% em 1950. Neste período, o qual corresponde à fase de consolidação do parque industrial brasileiro, o padrão locacional vigente, sobretudo das indústrias de bens de capital e de duráveis, era extremamente dependente dos conhecidos fatores aglomerativos: economias de escala, economias de localização, economias de urbanização e economias de aglomeração. Tal fato permite identificar o acentuado crescimento das metrópoles no período em análise com o fenômeno da metropolização da sociedade brasileira. Para este período de 1950/1970, com muito mais segurança, é possível defender a existência de uma fortíssima correlação entre industrialização e urbanização³. Desta forma, as indústrias líderes, a partir de sua decisão locacional, representavam uma das principais

variáveis na conformação espacial do sistema de cidades.

Em conseqüência da acentuada alavancagem urbana ditada pela localização industrial, em 1970, as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, as quais geravam mais de 65% do Valor da Transformação Industrial do País, puderam concentrar, apenas em suas sedes, mais de 28% da população urbana brasileira. Martine (1994), tratando do conjunto das regiões metropolitanas nacionais, demonstra que durante o período de 1940/1970 tal agrupamento de cidades foi responsável por 33,6% de todo o acréscimo populacional, significando uma taxa anual de crescimento média de 4,5%.

O período subsequente (1970/1991) demonstra que embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, a população urbana brasileira passa por um notável processo de *reversão de sua polarização*, no qual as cidades médias cumprem papel decisivo⁴. Entre os fatores que imprimiram dinamismo ao desempenho populacional das cidades médias, podem-se elencar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional;⁵ o fenômeno da periferização das metrópoles;⁶ a política governamental de atração de investimentos

² Somente devido à escassez de tempo e recursos, a referida análise limitou-se a 3 (três) datas - 50, 70 e 91. Deve-se ter claro que uma análise incorporando todos as décadas a partir de 1950 seria mais fiel a aspectos particulares da dinâmica de crescimento da população brasileira, entre estes: o período de 1950/1960 corresponde ao período de maior transferência rural - urbana, quando a base populacional urbana não era ainda tão extensa, já o período de 1970/1980 é caracterizado pela consolidação da importância dos centros médios no sistema urbano nacional.

³ A paulatina diminuição da PEA industrial, *vis-à-vis*, a ampliação do setor terciário na grande maioria das cidades brasileiras - fatores estes aguçados pelas mudanças nos padrões tecnológicos da chamada *III Revolução Industrial* - imprime maiores cuidados na associação mais direta entre os fenômenos de industrialização e urbanização.

⁴ O termo *reversão da polarização* faz alusão ao fenômeno homônimo detectado por Richardson no âmbito da economia regional. De acordo com a tese da *reversão da polarização*, a metropolização seria um fenômeno comum ao estágio de consolidação da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento. Contudo, o próprio desenvolvimento econômico destes países daria início a um mecanismo automático de desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio. Esse processo automático teria como fundamento os custos sociais e privados, proibitivos para o desenvolvimento de certas atividades econômicas nas saturadas metrópoles. Para uma síntese da tese da reversão do processo de polarização de Richardson ver Rizzieri (1962).

⁵ Dados mais recentes, extraídos da Contagem população 1996, demonstram que a dinâmica migratória vem "favorecendo o crescimento de pólos municipais ou sub-regionais de atração", na medida em que se consolida a expressividade da dinâmica migratória intra-regional e no interior de algumas Unidades da Federação Coréa (1987).

⁶ O processo de periferização das metrópoles refere-se ao crescimento mais acelerado dos municípios-satélites em relação ao município que cumpre o papel de núcleo metropolitano. Uma análise histórica deste processo pode ser vista em Bremaecker (1997).

para as regiões economicamente defasadas e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais. Além destes, é claro, os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas destas cidades.

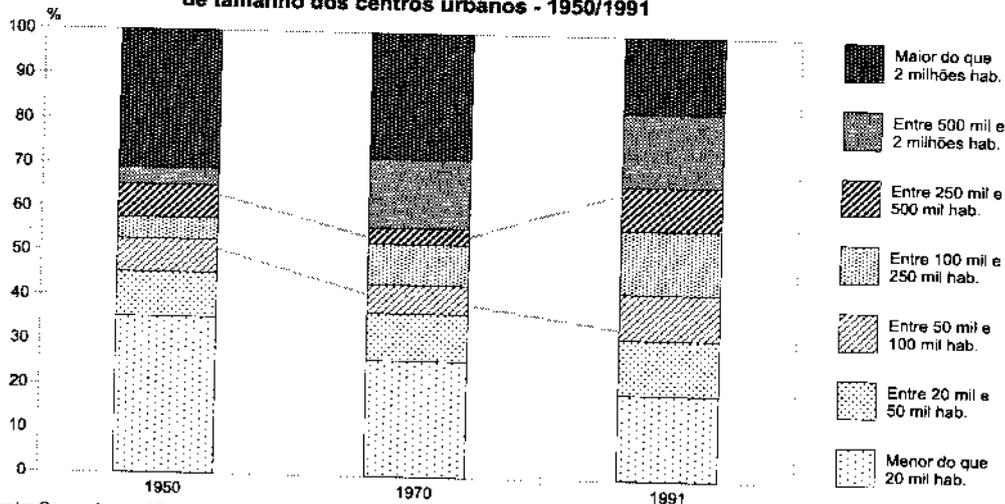
Um olhar retrospectivo para as quatro últimas décadas, não obstante confirme a distribuição concentrada da população urbana brasileira, aponta para uma tendência bem marcada do papel das cidades médias no crescimento populacional do País. Nesse aspecto, o Gráfico 1 é bem ilustrativo ao demonstrar o achatamento crescente das extremidades das barras populacionais. As cidades médias, que em 1970, detinham 19,1% da população urbana nacional, passaram em 1991 a agrupar quase 1/3 desta mesma população.

Certamente que no interior deste amplo estrato representativo das cidades médias (entre 50 000 e 500 000 habitantes urbanos),

reúnem-se centros urbanos com distintos níveis de complexidade em suas estruturas produtivas e/ou dinâmicas de crescimento populacional.

As cidades com população entre 50 mil e 100 mil habitantes decuplicaram sua frequência no sistema urbano nacional entre os anos de 1950 e 1991, aumentando sua participação de 7,5% para 10,2%. Percebe-se pelo gráfico que o crescimento populacional de cidades deste porte contribuirá para ampliar a importância do estrato superior (entre 100 mil e 250 mil habitantes) nos anos de 1970 e 1991. Este último estrato foi aliás o de maior crescimento absoluto e relativo, passando de 4 para 100 cidades durante o período de 1950/1991, elevando, em consequência, sua participação na população urbana total de 4,8% para 14,3%. O ritmo de crescimento destes centros certamente muito contribuiu, principalmente no período de 1970/1991, para o elevado acréscimo

Gráfico 1 - Participação no total da população urbana, segundo as classes de tamanho dos centros urbanos - 1950/1991



Fonte: Censo demográfico 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956; IBGE. Censo Demográfico 1970 e 1991.

do número de cidades na classe imediatamente superior (entre 250 mil e 500 mil habitantes).

De forma alternativa, as modificações na dinâmica de crescimento das cidades podem ser verificadas pela contribuição de cada classe no crescimento populacional urbano nacional, para os períodos de 1950/1970 e 1970/1991 (Tabela 2).

Durante o período de 1950/1970, as cidades com mais de 500 mil habitantes contribuíram com 48% do crescimento urbano

Cidades médias metropolitanas

Embora a desconcentração do crescimento urbano seja fenômeno inquestionável, a elevação da participação populacional das cidades médias no conjunto do País deve-se, em grande parte, ao crescimento das cidades médias pertencentes às regiões metropolitanas. Assim, o anúncio de um ritmo mais elevado de crescimento do conjunto de cidades médias, muitas vezes por incluir as cidades metropolitanas, não deve ser direta-

Tabela 2 - Crescimento absoluto e participação das cidades brasileiras no crescimento populacional urbano nacional, segundo classes de tamanho das cidades - 1950/1991

Classes de tamanho dos centros urbanos (1 000 hab.)	1950/1970		1970/1991	
	Crescimento absoluto (1 000 hab.)	Participação no crescimento nacional (%)	Crescimento absoluto (1 000 hab.)	Participação no crescimento nacional (%)
Brasil	36 629	100,00	58 085	100,00
< 20	8 102	22,12	7 622	13,12
Entre 20 e 50	4 009	10,94	8 175	14,07
Entre 50 e 100	2 215	6,05	7 927	13,65
Entre 100 e 250	4 045	11,04	11 064	19,05
Entre 250 e 500	628	1,71	9 353	16,10
Entre 500 e 2 000	7 733	21,11	9 899	17,04
> 2 000	9 897	27,02	4 045	6,96

Fontes: Censo demográfico 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956; IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980 e 1991; Novak, Hélio. O crescimento urbano e a estruturação do espaço nas cidades brasileiras: o caso das cidades médias. 1997. Proposta de tese (Doutoramento) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

nacional, o que corresponde à formação das metrópoles nacionais. No período subsequente essa importância reduz-se à metade, evidenciando o processo de desconcentração populacional do País.

Já as cidades médias contribuíram, neste último período de 1970/1991, com 49% do acréscimo populacional nacional, participação essa bem distinta do período anterior, quando estes centros responderam por 19% do crescimento nacional. Também as cidades pequenas (< de 50 mil habitantes), no período de 1970/1991, sobrepõem os grandes centros em matéria de participação no crescimento populacional.

mente associado ao processo de desconcentração populacional.

A Tabela 3 apresenta a distribuição das cidades metropolitanas segundo a classe de tamanho urbano, onde pode ser destacada a significativa multiplicação dos centros com população entre 100 mil e 250 mil, seguida, em termos de importância relativa, pela elevação do número de cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes. Apenas as duas classes inferiores tiveram a sua frequência relativa reduzida durante o período de 1960/1996, sendo que somente na classe inferior houve perda absoluta do número de centros.

Tabela 3 - Distribuição das cidades metropolitanas, segundo classe de tamanho populacional - 1960/1996

Ano	Distribuição das cidades metropolitanas (em 1 000 hab.)							
	Total	< 20	20 a 50	50 a 100	100 a 250	250 a 500	500 a 2 000	> 2 000
1960	100	44	27	10	9	3	5	2
1970	125	70	22	7	10	6	8	2
1980	125	39	23	31	11	8	11	2
1991	138	32	29	24	28	9	12	4
1996	155	40	29	26	34	11	12	4

Nota: As regiões metropolitanas consideradas foram: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

A elevação dos preços fundiários resultante do aumento da densidade populacional das sedes metropolitanas, como é sabido, pode provocar tanto a *expulsão* das moradias para além da franja urbana, como intensificar soluções precárias de habitação mais próximas às áreas centrais. Nesse sentido, a mobilidade intra-urbana, em direção às cidades médias metropolitanas, pode ser interpretada não só como reflexo da própria concentração, mas também como uma de suas conseqüências mais significativas.

Além disso, vale lembrar, as cidades médias metropolitanas - hoje com menor intensidade - cumpriram o papel de *porta de entrada* dos grandes fluxos migratórios rural-urbanos desde a década de 50.⁷ Alternativamente, os muitos imigrantes que procuram diretamente o núcleo metropolitano, incapazes de arcar com as elevadas rendas fundiárias, fazem outro deslocamento pouco tempo depois, vindo a se fixar em município periférico, mesmo mantendo relações de trabalho com o núcleo. As cidades médias metropolitanas, portanto, unindo as funções de porta de entrada dos fluxos migratórios de longo alcance e de receptoras de uma segunda etapa migratória, com deslocamentos partindo da sede metropolitana.

Contudo, qualquer deslocamento da sede metropolitana em direção à sua peri-

feria (ou entorno imediato) não pode ser interpretado como compulsório. O acúmulo de externalidades negativas associado à vida metropolitana pode gerar uma escolha do local de moradia que privilegie uma melhor qualidade de vida, embora essa opção signifique uma redução dos rendimentos monetários das famílias. Martine (1994) apresenta esse fenômeno da *contrametropolização*, com a importante ressalva de que se trata de um padrão mais comum aos países avançados, onde as melhores rendas permitem maior escolha às famílias. Adicionalmente, para a sua generalização, a *contrametropolização* requer mudanças no padrão tecnológico para permitir a produção em pequenas unidades, e um desenvolvimento suficiente das tecnologias de comunicação e transporte para permitir uma decisão de moradia mais independente dos locais de produção.

Cidades médias não-metropolitanas

No que se refere à compreensão do dinamismo demográfico das cidades médias propriamente ditas, isto é, as não-metropolitanas, há sinteticamente como elencar alguns fatores fundamentais, os quais muitas vezes manifestam-se de forma claramente combinada. Entre estes, destaca-se o papel indutor da desconcentração industrial.

⁷ Com base nos dados censitários de 1980, Costa; Lopes; Jardim (1984) conclui que para as cidades médias da RMSP mais de 50% de sua população é constituída de migrantes. Já no tocante à importância dos fluxos migratórios intrametropolitanos, Baeninger (1996) demonstra que no início dos anos 90, 74% de todos imigrantes intra-estaduais da RMSP tiveram como origem a própria região metropolitana.

O fenômeno da *desconcentração concentrada* reflete ao mesmo tempo o poder e os limites da desconcentração populacional impulsionada pelas mudanças no padrão locacional das indústrias, a partir da década de 70. Iniciado pelo espraiamento territorial das indústrias tradicionais, a desconcentração industrial da década de 70 assemelha-se a um movimento de *suburbanização*⁸ Ferreira (1996) da indústria da RMSP: uma combinação temporal entre a amplificação das deseconomias de aglomeração desta metrópole e o surgimento de economias de aglomeração em novas áreas de atração.⁹

O reflexo do surgimento das economias de aglomeração nas cidades médias pôde ser captado já no final dos anos 80. Para o período de 1969/1975, a relação entre produtividade média da mão-de-obra e o tamanho das cidades mostrou-se positiva, tendo como descontinuidade justamente o grupo de cidades médias (cidades com população entre 100 mil e 250 mil habitantes), cuja produtividade ultrapassa a das regiões metropolitanas (Evolução de rede urbana no Brasil: período de 1970/80, 1985). No mesmo período este mesmo grupo de cidades médias¹⁰ experimentou um crescimento superior a 60% de seu *excedente*,¹¹ mais dinâmicas, portanto, que as regiões metropolitanas e o grupo das cidades com população entre 250 mil e 500 mil habitantes.

Adicionalmente aos clássicos efeitos inibidores da localização industrial nas me-

trópoles, impostos pela maior organização dos trabalhadores e pelo elevado preço da terra, há, mais recentemente, a influência das questões ambientais mobilizando o público, e em alguns casos o poder público, para a resistência frente à intensificação de indústrias poluentes nas áreas metropolitanas já saturadas. Motta (1997) ao investigar estatísticas mais recentes sobre a localização de indústrias potencialmente poluidoras, conclui que apesar da tendência à desconcentração dos setores potencialmente poluidores da RMSP, ainda havia uma expressiva concentração deles na região, agora acompanhada por novos pontos de polarização de setores poluentes. Em virtude do padrão aglomerativo de localização espacial das indústrias potencialmente poluidoras, estaria havendo uma nova concentração, principalmente nas áreas urbanas de Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e do Vale do Paraíba.

Quanto aos limites da desconcentração industrial, entre outros fatores, a distribuição espacialmente concentrada da renda, dos serviços produtivos e dos próprios centros de pesquisa,¹² atua para não permitir um completo espraiamento territorial da indústria; definindo, adicionalmente, um raio limite para a dita desconcentração industrial. Para Diniz e Crocco (1996), a reversão da polarização industrial está restrita ao polígono que se estende da região central de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul; compreendendo, portanto, as principais regiões metropolitanas do País.

⁸ A idéia de suburbanização da indústria refere-se a um processo de dispersão espacial ancorado, ou sob influência, de um núcleo central - no caso a RMSP.

⁹ No tocante ao surgimento dos fatores de atração dos novos centros produtivos, Diniz e Crocco (1996) ilustram o desenvolvimento da infra-estrutura; fundamental para a unificação dos mercados, e para a criação de economias de urbanização em várias outras cidades ou regiões, citando como exemplos: a malha rodoviária pavimentada (federal e estadual), de 12 700 km em 1960, cresce para 130 000 km em 1990. A frota de veículos no mesmo intervalo temporal passa de 1 milhão para 16 milhões; o número de terminais telefônicos em 1972 era de 1,4 milhão e passa a 7 milhões em 1985, a capacidade de produção de energia elétrica passa de 11 milhões para 60 milhões de Kw, no período de 1970 a 1990.

¹⁰ Esta definição de cidades médias foi retirada do referido estudo (Evolução de rede urbana no Brasil: período 1970/80, 1985). Neste estudo, infelizmente, não são divulgadas a lista de cidades investigadas, apenas sendo apresentados os resultados para classes de tamanho urbano.

¹¹ O *excedente* é o valor dos recursos disponíveis para inversão por pessoa ocupada (mede a relação capital/trabalho), obtido pela razão produtividade média anual/salário médio anual.

¹² Os centros de pesquisa, como fator decisivo à localização das atividades econômicas, não podem ser generalizados. Estes estariam influenciando, sobretudo, a localização dos pólos de alta tecnologia e os novos distritos industriais, do tipo "italianos" (Diniz; Crocco, 1996).

Tabela 4 - Número de municípios brasileiros, por Grandes Regiões, segundo classe de tamanho - 1991

Grupos de habitantes (1 000 hab.)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	4 481	298	1 509	1 432	873	379
Até 5	745	28	128	338	153	98
5 a 10	1 053	62	316	316	253	106
10 a 20	1 298	94	529	341	241	93
20 a 50	929	73	404	247	144	61
50 a 100	279	28	93	101	46	11
100 a 200	102	9	21	45	23	4
200 a 500	60	2	11	33	11	3
500 a 1 000	13		4	7		2
1 000 e mais	12	2	3	4	2	1

Fonte: Bremaecker, F. E. J. Os municípios das regiões metropolitanas segundo a divisão territorial de 1997. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 44, n. 220, jan./mar. 1997.

Nota: Nesta análise utiliza-se um recorte por tamanho dos municípios e não das cidades.

Mesmo que de forma aproximada, a distribuição regional dos municípios brasileiros, estratificada em classes de tamanho, pode fornecer uma impressão destes limites da desconcentração industrial em direção às cidades médias.¹³

O Sudeste e o Sul, somados, agregam - muito provavelmente no interior do polígono desenhado por Diniz e Crocco - 69,2% dos municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Os municípios restantes desta mesma classe, distribuem-se pelas Regiões Nordeste (19,7%), Norte (6,8%) e Centro-Oeste (4,3%). Entre os muitos fatores que explicam a ocorrência desses municípios fora do citado polígono, além, é claro, da demanda exercida pela concentração populacional de áreas de ocupação mais antiga, pode-se atribuir importância aos investimentos diretos e às políticas de incentivos fiscais coordenadas ao longo de décadas pelas três principais agências de desenvolvimento regional brasileiras: Sudam, Suframa e Sudene.

Adicionalmente, também são significativos os impactos das alterações nos movi-

mentos migratórios mais recentes sobre o dinamismo demográfico das cidades médias. Camarano e Abramovay (1999), ao apresentarem as principais trajetórias regionais dos movimentos migratórios brasileiros, indicam mudanças expressivas neste processo, que certamente alavancaram muitas das cidades médias fora da área de influência das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os anos 50 foram denominados modelo *pau-de-arara*. Neles prevaleciam as migrações inter-regionais de caráter rural-urbano, responsáveis não só pelo início do processo de desruralização da população brasileira, como também pela explosão das duas metrópoles nacionais. Em 1960, a migração rural-urbana no interior do Sudeste suplanta a própria saída de migrantes das áreas rurais nordestinas. Essa inversão, que não mais se repete nas décadas posteriores, teve como causas a redução das secas, as já citadas políticas de desenvolvimento regional e a menor demanda por *obreiros* em relação à década anterior, tendo

¹³ É necessário notar que não necessariamente a desconcentração populacional segue a mesma direção, ou tenha os mesmos limites, daqueles verificados para a desconcentração industrial. Com a reestruturação produtiva intensifica-se a complexidade do binômio migração-emprego.

como exemplo a construção de Brasília (Camarano; Abramovay 1999). Nestes 20 anos (1950/1970) de intensa desruralização da sociedade brasileira mais do que as cidades interioranas, os movimentos rurais-urbanos tiveram como efeito a aceleração das metrópoles nacionais e de seus centros urbanos periféricos, entre estes as cidades médias metropolitanas.

Ainda seguindo a organização dos citados autores, a década de 70 foi caracterizada pelo *Sul em busca do Norte*, porque com a modernização do setor primário quase a metade da população rural deixa o campo, acarretando um decréscimo da população rural desta região em 2 milhões de habitantes. Os *gaúchos* tiveram crucial importância na ocupação da Transamazônica e na vitalização das áreas rurais do Norte durante as décadas de 70 e 80, transformando-as, de forma exclusiva, em zonas de crescimento de população rural (ibid., p.12).

Importa observar que o fato mais recente de esgotamento do dinamismo da fronteira agrícola do Norte, ao contrário de ocasionar um possível esvaziamento das cidades médias da região, provoca, de outra forma, o crescimento desses centros. Martine (1994) chama de *efeito acumulativo de novos e velhos padrões na fronteira* a combinação de dois movimentos que acabam por dinamizar as cidades das fronteiras agrícolas. Em primeiro lugar, a expansão agrícola demanda atividades de apoio do setor terciário, principalmente as atividades de transporte de mercadorias. Em segundo lugar, as cidades que surgiram ou cresceram com os projetos agrícolas governamentais, encontram um dinamismo endógeno, que as tornam alvos dos potenciais emigrantes rurais, hoje desassistidos pelo crédito rural e outros incentivos.

Retornando-se à análise das principais trajetórias da migração brasileira, para os anos 80, destaca-se o crescimento da fronteira agrícola do Centro-Oeste, baseado nas atividades da pecuária e da cultura da soja, ambas exercendo um forte poder de expulsão dos trabalhadores rurais. Nessa década, os movimentos migratórios assumiram um caráter fundamentalmente intra-regional, o que, principalmente para o Nordeste, dadas as taxas de crescimento de suas metrópoles, direcionou o êxodo rural para as cidades de pequeno e médio portes Camarano; Abramovay, 1999, p. 12).

Para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, com atividades produtivas mais intensas no uso de capital, não só surge uma demanda pela ampliação de centros de apoio para atividades terciárias ligadas à comercialização de mercadorias, como também são induzidas atividades de suporte industrial, principalmente a produção de insumos e implementos agrícolas.

Análise da dinâmica de crescimento populacional das cidades médias de 1970

Grande parte dos estudos sobre o desenvolvimento do sistema urbano nacional fundamenta-se, exclusivamente, na análise das classes de tamanho de cidade, tal como é feito na primeira parte deste trabalho. Esse recurso analítico, deve-se reconhecer, peca por não acompanhar a variação populacional das cidades que, entre períodos censitários, mudam de classe de tamanho. Diante de tal deficiência, faz-se neste estudo um esforço de complementação analítica do sistema urbano nacional, durante o período de 1970/1996, acompanhando um conjunto fechado de cidades médias, isto é, aquelas cidades¹⁴ que, em 1970, possuíam população entre 50 e 250 mil habitantes¹⁵.

¹⁴ Na verdade a população da cidade é resultado da soma de toda a população urbana municipal, independente do número de distritos urbanos existentes em um município.

¹⁵ Esta definição para as cidades médias de 1970 (entre 50 mil e 250 mil habitantes) visa a preservar o conjunto de cidades investigado num dos pioneiros estudos sobre a posição das cidades médias no sistema urbano nacional, de Andrade e Lodder (1979), possibilitando uma reanálise deste conjunto de cidades em exercícios de investigação futuros.

A dinâmica do crescimento populacional das cidades médias de 1970 *vis-à-vis* as Regiões Metropolitanas e o conjunto do País para o período de 1970/1991

Entre as múltiplas possibilidades de decomposição do crescimento populacional brasileiro no período de 1970/1991, um recorte que investiga a participação das "cidades médias de 1970" *vis-à-vis* o conjunto das regiões metropolitanas e a totalidade do País, elucida o diferenciado desempenho desses conjuntos, como ilustra a Tabela 5.

Durante a década de 70, como já se viu, as regiões metropolitanas destacaram-se no impulsionamento do crescimento populacional brasileiro. Ao se observar o desempenho das cidades médias de 1970 que pertenciam às regiões metropolitanas, confirma-se a hipótese da periferização das metrópoles nacionais. Enquanto, como um todo, as regiões metropolitanas cresceram 48%, as cidades médias circundantes à sede metropolitana tiveram um desempenho 25% maior, totalizando um crescimento de 61% no período.

No período subsequente (1980/1991), as cidades médias periféricas aos núcleos metropolitanos também tiveram crescimento mais elevado que as regiões metropolitanas como

um todo. Isso, durante o período de 1970/1991, resultou num aumento da participação da população das cidades médias metropolitanas no total da população metropolitana, de 10,9%, em 1970, para 13,2%, em 1991.

A festejada queda no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas, verificada no Censo de 1991, deveu-se, fundamentalmente, às menores taxas de crescimento populacional nas metrópoles, pois as cidades metropolitanas periféricas continuaram a crescer em ritmo mais acelerado que o verificado para o conjunto do País. Nas sedes metropolitanas ocorreu uma maior intensificação nas trocas migratórias, com volumosos movimentos de entradas e saídas, que, aliados à aceleração dos movimentos intrametropolitanos, contribuíram para que as taxas de crescimento populacional destes núcleos fossem, em geral, inferiores à média nacional. Observa-se também, nessa mesma década, o papel de destaque das cidades médias de 1970 não pertencentes às regiões metropolitanas.

Outro enfoque sobre as cidades médias permite reforçar a tese da periferização das regiões metropolitanas. Trata-se da análise da evolução das taxas de urbanização, medidas pela razão entre população urbana e população total dos municípios médios.¹⁶ O Grá-

Tabela 5 - Incremento relativo decenal, segundo conjunto de localidades selecionados - 1970/1991

Conjunto de localidades selecionadas	População urbana (1 000 hab.)			Incremento(%)	
	1970	1980	1991	1970/1980	1980/1991
Brasil	89 963,2	117 960,3	146 825,5	31	24
Regiões Metropolitanas (1)	23 574,0	34 992,3	42 570,2	48	22
Cidades médias de 1970	10 982,2	17 196,1	24 028,7	57	40
Metropolitanas (2)	2 578,0	4 137,9	5 627,1	61	36
Não-Metropolitanas (2)	8 404,2	13 058,2	18 401,6	55	41

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980 e 1991; Contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1999.

(1) Os dados da população das Regiões Metropolitanas foram levantados com base no ajustamento territorial feito por Brämaecker (1997).

(2) Os dados da população das cidades médias de 1970 foram levantados com base em ajustamento territorial feito pela pesquisa, com base territorial municipal de 1970.

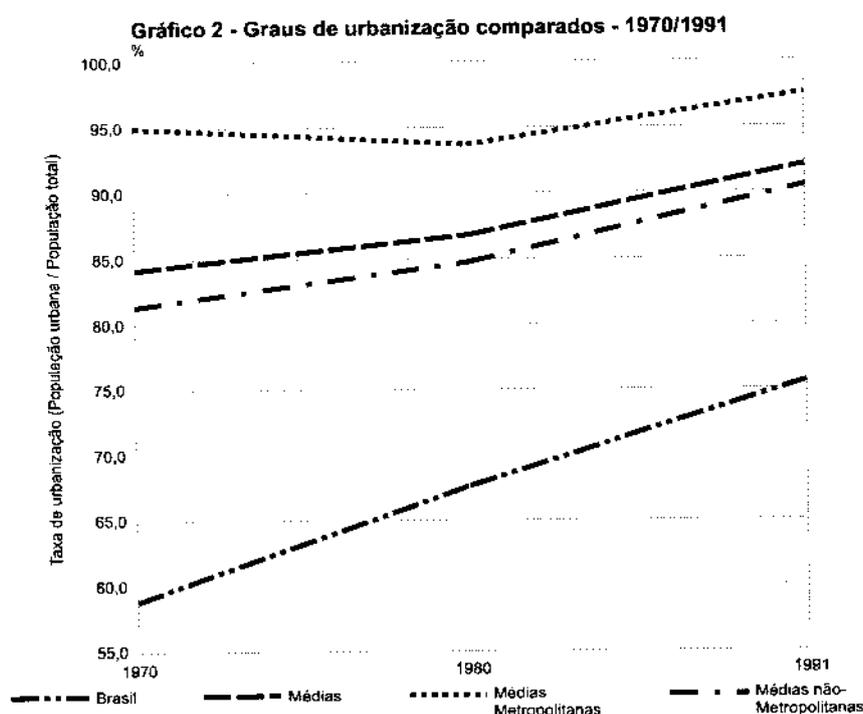
¹⁶ Chama-se de municípios médios, aqueles que incorporam as cidades médias a seus territórios.

fico 2 demonstra a queda no grau de urbanização das cidades médias metropolitanas no período de 1970/1980, o que pode estar expressando o crescimento periférico dessas cidades, para além da franja urbana.

Com a crescente elevação dos preços fundiários urbanos, que acompanham o crescimento das metrópoles, é pouco provável que uma redução no grau de urbanização esteja refletindo uma ampliação da zona agrícola no território metropolitano nacional. A queda no grau de urbanização, verificada nos anos 70, para o conjunto dos municípios médios metropolitanos, na verdade, reflete o crescimento da população moradora em áreas não-urbanizadas, através da ocupação de loteamentos irregulares e clandestinos. Embora o Município de São Luís (MA) não seja classificado como metropolitano, a evolução de seu grau de urbanização é exemplar: em 1970, a sua população distribuía-se em 60 073 habitantes rurais e 205 413 habitantes urbanos; em 1980, essa distribuição passa a ser, respectivamente,

de 202 214 e 247 288; finalmente, em 1991, a população rural atinge 450 127 habitantes rurais contra 246 244 habitantes urbanos. A conclusão a que se chega com esse caso extremo, é que o município cresceu, fundamentalmente, incorporando à sua área urbana, áreas administrativamente consideradas rurais.

O Gráfico 2, também, nos permite mostrar o acelerado processo de urbanização por que passa o País no período de 1970/1991, variando seu grau de urbanização em 28%. Como em 1970 as cidades médias já possuíam taxas de urbanização elevadas, estas não acompanham o ritmo nacional, embora reforcem o caráter urbano de seu crescimento, atingindo, em 1991, uma taxa média de 92% para o conjunto. As cidades médias não-metropolitanas, como se esperava, vivenciam, nesse período, um crescimento de sua população urbana mais acentuado do que o conjunto das cidades médias, o que vincula de forma mais consistente o seu crescimento com a ampliação dos setores econômicos secundário e terciário.



A posição das cidades médias de 1970 na região de influência das cidades

Ainda com o objetivo de compreender a evolução populacional das cidades médias de 1970, optou-se por uma abordagem adicional que relaciona as suas taxas de crescimento com a posição hierárquica que ocupavam no sistema urbano nacional, em 1978. Para isso, utilizou-se o trabalho *Regiões de Influência das Cidades* que retrata "o conjunto de centros urbanos em sua hierarquia como localidades centrais e suas áreas de influência, para o ano de 1978" (Corrêa, 1987, p. 11).¹⁷

Pela Tabela 6 observa-se que as taxas de crescimento populacional médias decrescem dos centros de zona para as capitais regionais, elevando-se na posição hierárquica superior, dos Centros Submetropolitanos. Essa redução da taxa média de crescimento populacional dos centros de zona para as capitais regionais, a princípio, parece ser o comportamento espera-

do, uma vez que existe uma relação positiva entre o tamanho médio das cidades e sua posição hierárquica.

Ao destacar-se da análise as cidades médias metropolitanas, conclui-se por uma forte identificação entre o porte médio das cidades, definido em 1970 (cidades com população entre 50 e 250 mil habitantes), e a posição de Capital Regional no sistema urbano. Pela Tabela 6 vê-se que 64% das cidades médias não-metropolitanas cumpriam a função de capitais regionais em 1978.¹⁸

Com relação ao desempenho das cidades médias submetropolitanas, cabem algumas considerações adicionais que possam justificar seu crescimento relativo, superior ao das cidades hierarquicamente inferiores. O estudo *Regiões de Influência das Cidades* define 11 metrópoles regionais, formadas pelos núcleos das conhecidas nove regiões metropolitanas,¹⁹ acrescidos das cidades de

Tabela 6 - Tamanho médio e incremento populacional relativo no período de 1970/1991 das cidades médias de 1970, segundo a posição hierárquica que ocupam no sistema de cidades - 1970/1991

Posição hierárquica	Tamanho médio das cidades (1991)	Crescimento no período de 1970/1991 (%)	Frequência absoluta
Total			78
Municípios subordinados	101 219	65,1	1
Centros de zonas	139 754	104,1	4
Centros sub-regionais	157 710	85,6	10
Capitais regionais	205 522	79,5	50
Centros submetropolitanos	426 743	130,8	13

Fontes: IBGE, Censos Econômicos 1970 e Censo Demográfico 1991.

Nota: O conjunto de cidades pertencentes às regiões metropolitanas foi destacado nesta análise, uma vez que sua posição hierárquica é definida como de município subordinado (aos centros metropolitanos), o que não corresponde à grande maioria dos municípios subordinados do país; estes, efetivamente pequenos. Assim, o grupo de municípios subordinados restringe-se a uma única observação (o Município de Teresópolis, no Rio de Janeiro), o que não permite conjeturar sobre os valores associados a este grupo, constantes da Tabela 6.

¹⁷ Sinteticamente, em tal estudo as cidades têm sua posição hierárquica definida de acordo com a intensidade de relações entre as cidades que compõem sua região de influência. A intensidade das relações é, por um lado, medida em termos da procedência dos consumidores de bens e serviços ofertados nas cidades, e, por outro, pelos locais onde os consumidores desta cidade vão comprar bens e serviços ofertados em outras cidades, ou seja, as regiões de influência são entendidas apenas como locais de distribuição de bens e serviços. A hierarquia das cidades em suas áreas de influência é composta por seis níveis, a saber: Centros Metropolitanos, Submetropolitanos, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Municípios Subordinados.

¹⁸ Esta identificação das cidades médias de 1970 com a função de capitais regionais possibilita a utilização de um critério adicional para uma alternativa definição de cidades médias. Assim, como discutido na Seção 3, um novo conjunto de cidades médias poderia ser definido a partir do cruzamento de seu tamanho com a posição que ocupa no sistema urbano.

¹⁹ Após o Censo de 1991, a região da Grande Vitória passou a ser classificada como Região Metropolitana de Vitória, totalizando atualmente dez regiões metropolitanas no País.

Goiânia e Manaus. As capitais estaduais que não correspondem a núcleos metropolitanos foram classificadas no referido estudo como centros submetropolitanos. Tal fato ajuda a explicar o dinamismo demográfico das 13 cidades médias de 1970 que cumpriam essa função de centros submetropolitanos, uma vez que nove delas são capitais estaduais,²⁰ sendo as quatro cidades restantes: Ribeirão Preto (SP), Juiz de Fora (MG), Campina Grande (PB) e Londrina (PR).

Ainda explorando a posição hierárquica das cidades médias de 1970 no sistema de cidades nacional, desenvolveu-se a Tabela 7, onde o crescimento populacional destas cidades foi comparado com o das imediatamente subordinadas, para o período de 1970/1991. A classificação das cidades médias em termos do diferencial de crescimento em relação às cidades a elas subordinadas, obedeceu à seguinte lógica: quando, no período considerado, uma cidade média cresce a taxas mais elevadas que a metade

das cidades a ela subordinada, classifica-se tal cidade como de *crescimento > subordinadas*; alternativamente, classificou-se as cidades como de *crescimento < subordinadas*, quando mais da metade das cidades subordinadas cresceram a taxas superiores à cidade média em análise; por fim, quando metade das cidades subordinadas cresceu mais que a cidade média em análise, e a outra metade menos, classificou-se a cidade como de *crescimento = subordinadas*.

A Tabela 7 sugere a existência de um padrão na relação do crescimento populacional das cidades médias de 1970 com o de suas cidades imediatamente subordinadas. Com 84,6% das cidades médias crescendo mais que suas subordinadas e, tomando-se de empréstimo algumas categorias da física, pode-se falar na preponderância de forças centrípetas atuando no campo gravitacional formado pelas cidades médias (núcleo) e as cidades imediatamente a elas subordinadas (satélites).²¹ Se a análise aqui apresentada fosse desagregada

Tabela 7 - Comparação entre o crescimento das cidades médias de 1970 e o crescimento das cidades a estas subordinadas, segundo a posição hierárquica que ocupam no sistema de cidades - 1970/1991

Posição hierárquica	Total	Crescimento > subordinadas		Crescimento < subordinadas		Crescimento = subordinadas	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total	78	66	84,6	6	7,7	6	7,7
Centro submetropolitano	13	11	84,6	1	7,7	1	7,7
Capital regional	50	44	88,0	3	6,0	3	6,0
Centro sub-regional	10	7	70,0	1	10,0	2	20,0
Centro de zona	5	4	80,0	1	20,0	0	0,0

Fontes: IBGE. Censos Econômicos 1970 e Censo Demográfico 1991.

Nota: O conjunto das cidades médias nesta tabela totaliza 78 cidades, o que se deve às 16 cidades classificadas como subordinadas, isto é, na última posição do sistema de cidades.

²⁰ Neste aspecto enfatiza o documento *Região de Influência das Cidades*: "Ao que tudo indica, a emergência desse tipo de centro decorre, de um lado, da centralização da vida econômica de várias Unidades da Federação em suas capitais estaduais, cabendo certamente um papel relevante ao estado como promotor da ascensão hierárquica da capital..." (Corrêa, 1987, p. 22).

²¹ Oportuno enfatizar que até então foram exclusivamente utilizadas variáveis demográficas, o que deve relativizar os resultados acima expostos em termos de relações econômicas entre as cidades médias e suas subordinadas. Vale lembrar, em dezembro de 1997, que o IBGE já tinha concluído uma atualização deste estudo das Regiões de Influência das Cidades, para a Amazônia Legal. Encontra-se em fase de conclusão a publicação para as demais regiões do País, portanto ainda não disponível ao público em geral. De qualquer forma, como se tratam de *cidades* de 1970, parece compatível à classificação dos centros urbanos, segundo a rede urbana pesquisada em 1978.

nos períodos de 1970/1980 e 1980/1991, provavelmente seria encontrada uma aceleração no ritmo de crescimento das cidades subordinadas, fato que indicaria a formação de aglomerações urbanas no entorno das *cidades médias* de 1970.

O comportamento sugerido para a relação entre a dinâmica do ritmo de crescimento das taxas populacionais das cidades médias de 1970 e a de suas subordinadas tem como corolário despertar a atenção para as exceções, entre as quais a região de influência de Americana (um dos mais importantes pólos têxteis do País), cidade-núcleo cujo crescimento (132%), no período de 1970/1991 foi, em muito, suplantado pelo crescimento de todas as cidades a ela subordinada - Nova Odessa (208,6%), Santa Bárbara D'Oeste (370%) e Sumaré (883%).

Uma aproximação entre as dinâmicas de crescimento populacional das cidades médias de 1970 e o processo de reversão da polarização industrial

Existe hoje uma vasta bibliografia especializada que constata o processo de espraiamento da indústria nacional a partir do pólo dinâmico da RMSP, iniciado no final da década de 60. Tal desconcentração, embora precisamente ultrapassando os limites do Sudeste brasileiro, teve como âncora a própria RMSP, o que favoreceu o interior do próprio Estado de São Paulo, e territórios de outros estados do Sudeste e Sul do País.

A seletividade espacial desse processo de desconcentração industrial pode ser verificada pela evolução do Valor da Transformação Industrial - VTI - do interior paulista a partir de 1970, que passa a crescer a taxas superiores à RMSP, alcançando em 1985 uma participação de 22,5% no VTI nacional. Dito de outra forma, o interior paulista, em 1985, passa

a ser o segundo mais importante centro industrial do País, suplantando toda a indústria da Região Sul, e correspondendo a duas vezes e meia a indústria de Minas Gerais (Negri, 1992).

Para os propósitos deste trabalho - e uma vez que o assunto foi amplamente discutido - caberia destacar como determinante, entre os argumentos que procuram explicar o aspecto espacialmente limitado do espraiamento da indústria nacional, aquele que aponta o perfil da distribuição regional e pessoal da renda como um poderoso obstáculo para uma efetiva desconcentração industrial Diniz, 1993).²²

No concernente à argumentação que fundamenta o processo de desconcentração industrial, uma sucinta abordagem foi apresentada na primeira parte deste trabalho, propondo-se, agora, a realização de um cruzamento entre as dinâmicas de crescimento populacional das cidades médias de 1970 e as hipóteses que procuram explicar, em nível regional, a alavancagem da indústria para além da RMSP. Tal exercício não pretende abranger todas as cidades, nem, tampouco, esmiuçar os vários determinantes que imprimiram dinamismo ou desaceleração no crescimento das localidades. O cruzamento acima proposto, ao contrário, procura o reatamento regional do processo de desconcentração industrial sobre a dinâmica populacional das cidades médias brasileiras.

A Tabela 8 e o Mapa 1 apresentam, respectivamente, a hierarquização das cidades médias de 1970 em termos de crescimento populacional e a sua distribuição no Território Nacional. Como parâmetro comparativo, deve ser lembrado que o crescimento urbano brasileiro no período de 1970/1991 pode ser expresso por uma taxa anual de crescimento de 3,6%; incluindo-se, aí, todas as classes de tamanho de cidades.

²² A análise restringir-se-á às cidades médias não-metropolitanas. Contudo, apresentam-se na Tabela 8 e no Mapa 1 as taxas de crescimento da população urbana para as cidades médias metropolitanas de 1970.

Tabela 8 - Taxas anuais de crescimento das cidades médias de 1970 não-metropolitanas, segundo as Unidades da Federação - 1970/1991

(continua)

Unidades da Federação e cidades	População urbana			Taxa anual de crescimento
	1970	1980	1991	
Pará				
Santarém	61 324	111 657	180 018	5,26
Amapá				
Macapá (total)	54 740	93 132	201 375	6,40
Maranhão				
São Luís	205 413	247 288	246 244	0,87
Piauí				
Teresina	181 062	339 042	556 911	5,50
Parnaíba	57 030	79 321	105 104	2,95
Ceará				
Juazeiro do Norte/Crato	122 419	184 308	235 202	3,16
Sobral (total)	60 210	82 418	112 097	3,00
Rio Grande do Norte				
Natal	257 487	416 898	606 887	4,17
Mossoró (1)	79 509	122 861	177 331	3,89
Paraíba				
João Pessoa	213 569	326 582	497 600	4,11
Campina Grande	167 388	228 171	307 468	2,94
Pernambuco				
Guaranhuns	49 510	67 347	89 206	2,84
Caruaru	101 781	138 322	182 012	2,81
Alagoas				
Maceió	251 718	392 254	583 343	4,08
Sergipe				
Aracaju	179 276	287 934	402 341	3,92
Bahia				
Juazeiro/Petrolina	77 338	139 012	227 539	5,27
Feira de Santana	131 707	233 617	349 557	4,76
Vitória da Conquista	84 346	127 454	188 351	3,90
Itabuna/Ilhéus	160 989	218 465	321 793	3,35
Alagoinhas (total)	56 062	79 643	103 267	2,95
Jequié	64 628	86 938	116 885	2,86
Minas Gerais				
Uberlândia	111 466	231 598	358 165	5,72
Timóteo/Ipatinga/Coronel Fabriciano	121 154	269 038	319 574	5,11
Montes Claros	85 154	155 313	227 759	4,80
Sete Lagoas	61 142	94 604	140 125	4,03
Divinópolis	70 686	109 597	144 428	3,46
Poços de Caldas	51 783	81 440	105 205	3,43
Uberaba	108 259	182 519	200 705	2,98
Juiz de Fora	220 310	299 432	380 249	2,63
Governador Valadares	129 378	177 809	215 098	2,45
Teófilo Otoni	67 094	87 884	101 966	2,01
Barbacena	59 516	71 805	83 319	1,61
Espírito Santo				
Vitória	132 035	207 747	258 777	3,26
Cachoeiro do Itapemirim	63 098	90 430	120 738	3,14
Rio de Janeiro				
Nova Friburgo	74 794	107 126	144 354	3,18
Barra Mansa/Volta Redonda	200 766	316 071	386 770	3,17
Teresópolis	53 623	79 014	101 219	3,07
Campos (total)	175 701	203 399	331 018	3,06

Tabela 8 - Taxas anuais de crescimento das cidades médias de 1970 não-metropolitanas, segundo as Unidades da Federação - 1970/1991

Unidades da Federação e cidades	População urbana			Taxa anual de crescimento
	1970	1980	1991	
(conclusão)				
São Paulo				
São José dos Campos	132 482	276 901	425 515	5,71
Franca	86 868	144 117	227 854	4,70
São José do Rio Preto	109 807	179 007	275 450	4,48
Americana	82 320	121 743	153 653	4,39
Limeira	77 169	137 809	177 934	4,06
Sorocaba	169 599	265 956	374 108	3,84
Ribeirão Preto	196 242	308 345	426 819	3,77
Bauru	120 930	180 761	255 669	3,63
Piracicaba	127 818	197 904	269 961	3,62
Taubaté	99 932	167 411	197 801	3,30
Marília	76 062	107 299	150 520	3,30
São Carlos	75 712	110 235	148 408	3,26
Rio Claro	69 682	104 091	132 739	3,12
Araraquara	84 459	118 778	156 465	2,98
Jundiaí	145 740	221 888	266 235	2,91
Araçatuba	86 829	116 431	150 905	2,67
Presidente Prudente	92 601	129 646	160 227	2,65
Guaratinguetá	54 773	72 961	94 421	2,63
Barretos	53 508	65 707	89 311	2,47
Paraná				
Maringá	100 100	160 689	234 079	4,13
Londrina	163 528	266 940	366 676	3,92
Ponta Grossa	113 074	172 946	221 671	3,26
Paranaguá	52 044	72 066	94 689	2,89
Santa Catarina				
Joinville	112 134	222 273	334 674	5,34
Criciúma (total)	50 415	96 332	136 729	4,87
Blumenau	86 492	146 001	186 327	3,72
Itajaí	54 054	18 779	114 555	3,64
Florianópolis	121 026	161 773	239 996	3,31
Lages (total)	89 494	123 616	161 763	2,86
Tubarão	51 134	64 508	83 264	2,35
Rio Grande do Sul				
Caxias do Sul	114 008	200 354	264 775	4,09
Uruguaiana	63 345	81 281	105 822	2,47
Peletas/Rio Grande	258 746	341 896	430 217	2,45
Santa Maria (total)	124 136	157 955	201 690	2,34
Passo Fundo (1)	84 641	105 468	137 288	2,33
Bagé	59 712	70 005	92 324	2,10
Cachoeiro do Sul (total)	52 044	62 110	73 416	1,65
Mato Grosso do Sul				
Campo Grande	131 110	283 653	518 687	6,77
Mato Grosso				
Cuiabá (1)	88 219	197 982	395 662	7,41
Goiás				
Anápolis	90 815	163 132	226 925	4,46

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970 e 1991.

(1) Cidades que sofreram reajuste territorial durante o período de 1970/1991, mas que foram analisadas segundo a base territorial de 1991

**Mapa 1 - Plotagem das Cidades Médias de 1970,
segundo Taxas Médias Anuais de Crescimento Populacional
no Período de 1970/1991**



- taxa menor do que 2,5%
- ▣ de 2,5% a cerca de 3%
- ⋯ de 3% a cerca de 4%
- ▤ de 4% a cerca de 5,5%
- ▥ de 5,5% e mais

A análise das dinâmicas populacionais requer duas considerações preliminares: a) os resultados em termos de taxa de crescimento para o período de 1970/1991 é influenciado por questões de ordem estatística, as quais tendem a realçar o crescimento das cidades cuja base populacional em 1970 era menor; e b) a análise, restrita ao perímetro urbano dos municípios, não compreende o crescimento para além da franja urbana, que embora adjacentes às cidades, são administrativamente consideradas zonas rurais, o que, como se viu na segunda parte deste trabalho, influencia, sobretudo, os resultados para a cidade de São Luís (MA).

Voltando-se à Tabela 8, vê-se, primeiramente, que encabeçam a hierarquia das cidades médias de 1970, em termos de crescimento populacional, as respectivas capitais dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ainda na Região Centro-Oeste aparece a cidade de Anápolis com taxa anual de crescimento de 4,5%, 15ª posição na hierarquia. Certamente que a função de capital estadual ocupada pelas cidades de Cuiabá e Campo Grande reforça o seu dinamismo demográfico, demonstrando o peso do estado na dinâmica econômica das cidades capitais. Nesse aspecto, vê-se que das dez capitais estaduais (excluindo-se São Luís), classificadas em 1970, como cidades médias, quatro estão entre as seis cidades de maior crescimento, e oito tiveram taxas anuais de crescimento igual ou superior a 4%.

O desempenho das cidades médias de 1970 da Região Centro-Oeste tem correspondência com a evolução da distribuição regional na participação do Valor da Transformação Industrial - VTI - nacional, na qual a participação do Centro-Oeste eleva-se, no período de 1970/1985, de 0,8% para 1,4%. Sabe-se, ainda, que o desempenho dessas cidades relaciona-se não só com as funções de capitais estaduais, mas também diretamente com o avanço da agroindústria brasileira, impulsionada, sobretudo (Negri, 1992): a) pela política de incentivos às exportações para fa-

zer frente aos compromissos com a dívida externa brasileira, implicando o aumento da produção de soja; b) pelo avanço tecnológico que permitiu um melhor aproveitamento do cerrado; e c) pela ampliação dos investimentos em infra-estrutura ferroviária e rodoviária nesta região.

Com o desenvolvimento da agricultura do Centro-Oeste, os centros urbanos regionais são dinamizados, tanto por sua função de base urbana para distribuição e comercialização de bens e serviços de apoio às atividades primárias, quanto pela demanda de insumos industriais para a agroindústria.

A Região Norte, que durante o período de 1970/1985, elevou sua participação no VTI nacional de 0,8% para 2,5%, possuía em 1970 apenas duas cidades médias: Macapá (AP) e Santarém (PA). Embora estas cidades ocupem posição de destaque na hierarquia de crescimento populacional (terceira e nona posição, respectivamente), não seria adequado utilizá-las como referência direta ao dinamismo econômico regional, uma vez que, durante o período em análise, o desempenho econômico do Norte, fortemente subsidiado pelas agências de desenvolvimento regional, relaciona-se, sobretudo, à ampliação do parque industrial montador de bens duráveis da Zona Franca de Manaus e com os grandes investimentos realizados no âmbito do Programa Grande Carajás.

A partir dos anos 70, o crescimento da indústria pesada nacional, aliado a posterior busca de superávits da balança comercial, contribuiu para o avanço das fronteiras de extração mineral do Norte, as quais mesmo com características de enclave, impulsionaram o crescimento da economia regional, dinamizando cidades como: Santana (AP), Marabá (PA) ou Imperatriz (MA). A expansão da fronteira mineral certamente contribuiu para o dinamismo da cidade de Macapá, que, em 1986, possuía 9% do pessoal (formalmente) ocupado na extração de minerais metálicos e no transporte marítimo de longo curso (RAIS 1986: relação anual de informações sociais, 1986).

Santarém, entretanto, apresenta uma estrutura setorial não diretamente relacionada às atividades de extração mineral. Possui quase 5% do pessoal (formalmente) ocupado na extração e beneficiamento da madeira e mais de 10% alocados no beneficiamento de fibras têxteis vegetais e na indústria de fiação e tecelagem RAIS 1986): relação anual de informações sociais.

Uma análise mais genérica das cidades médias de 1970, pertencentes à Região Nordeste, permite destacar que, entre as oito de maior crescimento populacional, cinco são capitais; as outras três cidades baianas: Juazeiro (oitava posição); Feira de Santana (13ª posição) e Vitória da Conquista (27ª posição).

No período de 1970/1985, o crescimento da participação do Nordeste no VTI nacional, de 5,7% para 8,6%, foi comandado pela economia baiana, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Embora seja plausível cogitar que o desempenho das cidades médias baianas possa refletir uma elevação da capacidade de investimento (redistribuição de recursos) do estado, com a ampliação da base de arrecadação da Região Metropolitana de Salvador, a heterogeneidade da economia nordestina não permite avançar - nesta etapa da pesquisa - uma análise comparativa entre o desempenho das cidades médias da região.

A análise da dinâmica das cidades médias nordestinas deve também considerar os efeitos distributivos da renda nacional efetivados pela Sudene, que provavelmente ajuda a explicar o fato de encontrar-se metade das cidades médias nordestinas na classe das cidades com taxas anuais de crescimento acima de 3,5%, enquanto 40% das cidades das Regiões Sul e Sudeste estariam nesta mesma classe. Considerando-se as cidades com taxas anuais de crescimento abaixo de 2,7%, percebe-se que todas (à exceção de São Luís) fazem parte das Regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, a base de dados que está sendo montada no projeto

que motivou a elaboração deste texto, aponta para uma ligeira diferença entre a proporção de imigrantes no total da população em 1991 nas cidades médias de 1970, em favor das cidades nordestinas. Durante os anos de 1981 e 1991, a proporção de imigrantes sobre a população total, em 1991, foi de 20% para as cidades nordestinas e em torno de 18% para as cidades do Sul e Sudeste do País, provavelmente refletindo a importância da migração de retorno para o primeiro grupo de cidades. Também deve-se considerar o fato de as taxas de crescimento vegetativo das cidades nordestinas serem maiores do que as referentes às cidades das Regiões Sul e Sudeste.

As cidades médias do Sudeste, no período de 1970/1991, apresentaram em seu conjunto, um crescimento populacional (109%) ligeiramente inferior à média do conjunto nacional de cidades médias de 1970 (115%). Tal fato, porém, não pode ser interpretado como desempenho relativamente inferior dessa região, uma vez que durante o período em análise inúmeras outras cidades apresentam forte dinamismo econômico. Diniz e Crocco (1996), ao estudar o desenvolvimento das Aglomerações Industriais Relevantes - AIRs -,²³ mostra que das 57 novas AIRs que surgem durante as décadas de 80 e 90 (em 1970 existiam 33 AIRs em todo o Brasil), 25 localizaram-se no Estado de São Paulo, 11 em Minas Gerais, e duas no Espírito Santo.

Com base no mesmo estudo, ao abordar a evolução da distribuição espacial da indústria nacional no período de 1970/1991, (ibid.) define um *polígono de desconcentração*, inserido entre a região central de Minas Gerais e o nordeste do Rio Grande do Sul, onde se concentraram os investimentos nacionais externos à RMSP. O Mapa 1 nos mostra que, em 1970, as cidades médias brasileiras já se concentravam nesse polígono, certificando que a formação deste complexo sistema urbano tem raízes mais antigas que o processo de industrialização da década de 70.

²³ As AIRs correspondem aos territórios das microrregiões homogêneas com 10 000 ou mais pessoas ocupadas na indústria.

Entre os fatores, tradicionalmente elencados, que imprimiram um dinamismo econômico singular ao interior paulista - dinamismo que atinge a região fronteiriça de Minas e Paraná - destacam-se Diniz (1993), Negri (1992) e Guimarães Neto (1993):

- o incentivo governamental à produção de exportáveis, que eram produzidos com grande eficiência no Estado de São Paulo, tais como: manufaturados, soja, café, laranja, carne, algodão e cana-de-açúcar - esta última alavancada pela consolidação do Programa Nacional do Alcool;
- as políticas estaduais de interiorização da indústria paulista e as políticas municipais de atração de capitais, cujo resultado foi a ampliação da infra-estrutura existente, consolidando uma rede de transportes que interliga o interior ao litoral e à RMSP;
- as deseconomias de aglomeração na RMSP, impulsionando alguns setores para o entorno deste pólo econômico, entre as quais, destacam-se a resistência à baixa dos salários imposta pela organização dos trabalhadores e as restrições de ordem ambiental, promovidas por agências governamentais; e
- os investimentos diretos de grande porte das empresas estatais: em 1980 foi instalada a Refinaria Henrique Laje, em São José dos Campos; e em 1972 a Refinaria do Planalto em Paulínia.

Longe de pretender esgotar uma avaliação caso a caso, mas sim com interesse em ilustrar a heterogeneidade de fatores que afetam a dinâmica populacional também nesta região, destacam-se entre as cidades médias do Sudeste aquelas de desempenho extremo:

- a) Uberlândia-MG (quarta posição) tem como fator de impulsão a elevação dos serviços produtivos e do comércio, isto é, assim como Cuiabá e Mato Grosso, cumpre com destaque o papel de base urbana para apoio da agroindústria e da pecuária (Ferreira, 1996);
- b) São José dos Campos-SP (quinta posição), que em 1992 possuía 20% do pessoal ocupado nas indústrias de eletroeletrônicos e material de transportes, RAIS 1992: relação

anual de informações sociais, 1992), e mais de 45% da PEA urbana ocupada no Setor Indústria, (Censo Demográfico 1991) contava, complementarmente, com um setor de serviços auxiliares às atividades econômicas que empregava 6,5% de todo o pessoal ocupado (RAIS 1992: relação anual de informações sociais, 1992). Para Cano (1995), São José dos Campos, dada a infra-estrutura instalada para desenvolvimento de P&D, faz parte do conjunto dos raros territórios aptos a sediarem indústrias de alta tecnologia para além das Regiões Metropolitanas do Sul e Sudeste; e

- c) O aglomerado urbano formado por Ipatinga/Cel.Fabriciano/Timóteo - MG (10ª posição), inserida no chamado Vale do Aço teve, certamente, seu desempenho populacional influenciado pela instalação da Usiminas e Acesita.

No extremo oposto, realça-se a posição das cidades de Barbacena - MG (77ª posição), Teófilo Otoni - MG (76ª posição) e Governador Valadares - MG (70ª posição). Ferreira (1996) caracteriza a Zona da Mata mineira, na qual está inserida a cidade de Barbacena, como região de trajetória econômica descendente. Situada às margens da BR-040 e sob a influência do Rio de Janeiro, é bastante plausível supor que a perda de dinamismo econômico deste estado tenha afetado o desempenho demográfico deste centro urbano mineiro (ibid., p. 39). As outras duas cidades mineiras, de fraco desempenho populacional, pertencem à Região Nordeste deste estado, a qual se caracteriza pela presença dos setores industriais tradicionais, onde a base econômica é a pecuária de corte extensiva (ibid., p. 38).

O desempenho demográfico das cidades médias pertencentes à Região Sul destaca, por um lado, as cidades de Santa Catarina - Joinville (sétima posição) e Criciúma (11ª posição) - e, por outro, o fraco crescimento das cidades gaúchas. Das sete cidades médias de 1970 pertencentes ao Rio Grande do Sul, seis apresentam taxas anuais de crescimento

populacional abaixo de 2,5% para o período de 1970/1991. Embora não se possam desconsiderar as menores taxas de natalidade percebidas na Região Sul, o deslocamento recente da fronteira agrícola para o Centro-Oeste em detrimento do Estado do Rio Grande do Sul pode ser considerado aspecto relevante para compreensão do fraco desempenho populacional das cidades médias desse estado (Diniz; Crocco, 1996).

Entre as cidades do Sul com alto desempenho populacional, a cidade de Joinville, especializada nas indústrias mecânicas e metalúrgicas, tem, provavelmente, seu alto desempenho populacional relacionado ao processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (ibid.). Criciúma, por sua vez, durante a década de 70, tem seu dinamismo associado ao choque do petróleo e a conseqüente política governamental de incentivo à produção e consumo de carvão mineral nacional, que levou à instalação, neste município, da Indústria Carboquímica Catarinense - ICC. Durante a década de 80, amplia-se o setor industrial têxtil e calçadista, tornando Criciúma, no início da década de 90, o terceiro produtor de *jeans* do País e o maior pólo confeccionista do estado.

Síntese das conclusões e considerações adicionais

Valendo-se da análise do crescimento urbano brasileiro, segundo a classe de tamanho das cidades, e, complementarmente, acompanhando-se a dinâmica populacional de um grupo fechado de cidades, procurou-se demonstrar o importante papel das cidades médias no crescimento, e redistribuição da população urbana nacional durante o período de 1970/1991. O desempenho desse grupo de cidades, argumentou-se, teve influência significativa das cidades médias metropolitanas, que, dada a intensidade de suas relações de troca com a complexa estrutura produtiva das metrópoles, devem ser tratadas de forma especial.

Curiosamente, as taxas de urbanização dos municípios que comportam as cidades

médias metropolitanas de 1970 decrescem no período de 1970/1980, refletindo, possivelmente, o caráter precário do crescimento destas cidades, através da ocupação de áreas não-urbanizadas, através da ocupação de loteamentos irregulares e clandestinos.

Em seguida, realizou-se um estudo que objetivou interpretar o dinamismo das cidades médias de 1970 em face da posição que ocupavam no sistema urbano nacional em fins da década de 80. Nesse enfoque, caberia primeiramente ressaltar a identificação entre as cidades de porte médio (definidas com base no Censo de 1970), e a posição de capital regional no sistema urbano. Para o período de 1970/1991, o estudo demonstrou que 84,6% das cidades médias de 1970 cresceram mais que as cidades imediatamente a elas subordinadas. Tal resultado permite concluir pela preponderância de forças centrípetas atuando no campo gravitacional formado pelas cidades médias (núcleo) e as cidades a elas imediatamente subordinadas (satélites).

Adicionalmente, para o mesmo período de 1970/1991, procurou-se averiguar o rebatimento dos regionalmente diferentes determinantes do processo de desconcentração industrial sobre o dinamismo populacional das cidades médias de 1970, destacando-se que, de forma geral, é bastante razoável, neste período, a associação entre os fenômenos de urbanização e industrialização; e que a rede de cidades médias preexistentes, em 1970, certamente condicionou o processo de desconcentração industrial, impondo a este limites de espraiamento territorial.

É indubitável que o ritmo de crescimento populacional das cidades médias de 1970 resultou na formação de periferias e entornos vinculados àquelas cidades, exigindo, portanto, para maior precisão analítica, que a investigação do desenvolvimento urbano nacional incorpore estas "novas territorialidades".

A análise do período mais recente (1991/1996) demonstra a consolidação de um ritmo de crescimento da população brasileira mais lento. A contagem populacional de 1996,

contudo, aponta outras grandes mudanças no cenário do desenvolvimento urbano brasileiro.

Com auxílio da Tabela 9, vê-se que, diferentemente da década de 80, as regiões metropolitanas crescem em ritmo superior ao conjunto do País, crescimento que continua sendo puxado pelo fenômeno da periferização das metrópoles nacionais. Tomando-se, a princípio, o desempenho populacional das cidades médias de 1970 como representativo do conjunto de cidades médias brasileiras, percebe-se que, apesar de crescerem em ritmo mais acelerado que o das regiões metropolitanas, este diferencial cai em relação ao período de 1980/1991. Durante a década de 80, o crescimento das cidades médias de 1970 (40%) foi superior em 82% ao das regiões metropolitanas (22%), mas neste último quinquênio a mesma diferença - ainda em favor das cidades médias - cai a 27%. Esta redução, no ritmo de crescimento das cidades médias, possivelmente, tem como contrapartida uma aceleração na taxa de crescimento populacional das cidades a elas subordinadas, reafirmando a necessidade de incorporar à análise as regiões polarizadas pelas cidades médias e não apenas informações referentes a estas cidades.

Ainda que em fase embrionária, o processo nacional de reestruturação produtiva, sob a orientação de uma política econômica neoliberal, parece ter implicações sobre o desenvolvimento regional, para reforçar o processo de concentração econômico-populacional nos grandes centros urbanos

brasileiros. Tais implicações territoriais, entre outros fatores, estariam sendo fundamentadas:

- a) pelo aumento da importância das *economias externas* às firmas nos critérios de localização reinantes na chamada produção flexível, que exige proximidade entre fornecedores *just in time*, existência de mão-de-obra altamente qualificada, assim como de sofisticados serviços produtivos, fatores encontrados quase exclusivamente nos grandes centros urbanos nacionais;
- b) pela escolha de uma política de desenvolvimento regional orientada pela eficiência, em prejuízo do conteúdo de equidade na distribuição da riqueza nacional;
- c) pela perda da capacidade de investimentos diretos e deterioração dos mecanismos de incentivos, impostos pela política de privatização e pelo tamanho dos compromissos orçamentários com as gigantescas dívidas interna e externa; e
- d) por um planejamento de uma infra-estrutura viária valorizando o escoamento de exportáveis, em detrimento de uma orientação que visa a permitir a complementaridade do parque industrial nacional.

Certamente, ainda pouco estudada, as recentes mudanças de rumo do desenvolvimento urbano nacional parecem exigir a premência de estudos empíricos que visam a subsidiar o debate sobre o novo papel do planejamento regional.

Tabela 9 - População total e incremento relativo da população, segundo conjunto de localidades selecionados -1991/1996

Conjunto de localidades selecionadas	População total (1 000 hab.)		Incremento (%)
	1991	1996	1991/1996
Brasil	146 826	157 080	7,0
Regiões Metropolitanas	42 670	46 016	7,8
Cidades médias de 1970	25 973	28 549	9,9
Metropolitanas	5 777	6 371	10,3
Não-Metropolitanas	20 195	22 178	9,8

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1999.

Bibliografia

- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1979.
- BAENINGER, R. Migração anos 80: a consolidação dos pólos regionais no interior paulista. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1996.
- BREMAECKER, F. E. J. Os municípios das regiões metropolitanas segundo a divisão territorial de 1997. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 220, jan./mar. 1997.
- CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizo. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. Brasília, DF: IPEA, 1999. 26 p.
- _____; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Brasília, DF: IPEA, 1999. 28 p. (Texto para discussão, n. 621).
- CANO, W. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses/dilemas/perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1951-1956.
- CONTAGEM da População 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo (Coord.). *Regiões de influência das cidades: revisão atualizada do estudo divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 212 p.: mapas.
- COSTA, C. D. A.; LOPES, M. B. A.; JARDIM, A. P. A dinâmica demográfica das cidades médias: aspectos de crescimento populacional e da força de trabalho: região Sudeste 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro, SP. Anais... São Paulo: ABEP, 1984. v. 4
- DINIZ, C. C. Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade industrial e desenvolvimento regional no Brasil. Campinas: Papyrus: Unicamp, Instituto de Economia; Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1993.
- _____; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 1996.
- EVOLUÇÃO de rede urbana no Brasil: período 1970/80. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, 1985.
- FERREIRA, M. S. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. *Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, 1996. Edição especial.
- GUIMARÃES NETO, L. O grande capital vai a periferia (regiões, conglomerados, grandes empresas e o estado). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 1993.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília, DF: IPEA, 1994. (Texto para discussão, n. 329).
- MOTTA, D. M. et al. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico espacial brasileiro. Brasília, DF: IPEA, 1997. 44 p.
- NEGRI, B. Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos 1970-1990. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1992, Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 1992.
- NOVAK, Hélio. O crescimento urbano e a estruturação do espaço nas cidades brasileiras: o caso das cidades médias. Proposta de tese (Doutoramento) - Instituto

- de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RAIS: relação anual de informações sociais 1986. Brasília, DF : Ministério do Trabalho, Centro de Documentação e Informática, 1986. 1 CD-ROM.
- _____. 1992. Brasília, DF : Ministério do Trabalho, Centro de Documentação e Informática, 1992. 1 CD-ROM.
- RIZZIERI, Juarez. Desenvolvimento econômico e urbanização. São Paulo: USP, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.
-

Resumo

Este trabalho inicialmente procura mostrar o importante papel desempenhado pelas cidades médias na dinâmica do crescimento populacional e na redistribuição da população urbana nacional no período de 1970/1991. Em seguida, ao analisar o grupo de centros urbanos reconhecido nos anos 70 como constitutivo do segmento de cidades de porte intermediário no Brasil, conclui que para o mesmo período tais centros urbanos cresceram mais que as cidades a elas subordinadas, o que significa que as forças centrípetas preponderaram sobre as centrífugas no campo de força formado pelas cidades médias (núcleo) e as cidades a elas imediatamente subordinadas (satélites). Adicionalmente, o trabalho mostra que: a) de forma geral, é bastante razoável, neste período, a associação entre os fenômenos da urbanização e da industrialização; e b) que a rede de cidades médias existente condicionou o processo de desconcentração industrial, impondo a este limites de espraiamento territorial. Finalmente, usando os dados da recentemente divulgada Contagem Populacional 1996, o estudo constata a retomada do dinamismo das regiões metropolitanas, as quais voltam a crescer em ritmo superior ao conjunto do País, puxada basicamente pelo fenômeno de periferização das metrópoles nacionais.

Abstract

This study shows initially the important contribution made by the intermediate-sized cities in the demographic growth dynamics and in the decentralization of the urban population in the period 1970/91 in Brazil. Later on, when an analysis of a group of urban centers considered as medium-sized cities in the 70's is made, a conclusion is reached that these cities exhibited a larger growth rate than those shown by their subordinated cities in the hierarchy of urban centers, what means that centripetal economic forces were stronger than the centrifugal ones in the field of forces formed by each the medium-sized city (the nucleus) and its subordinated cities (their satellites). Additionally, this paper also shows that: a) in general, it can be accepted the association between the urbanization and industrialization phenomena; and b) the system of medium-sized cities played an important role by restraining the process of industrial decentralization in Brazil, putting limits to its territorial sprawl. Finally, using the data taken from the 1996 Population Count made public recently, this study finds that the metropolitan regions recovered their former demographic performance by showing larger population growth rates than the country as a whole, due basically to the "peripherization" of the national metropolises.